

O trabalho que fizeram é excelente e extraordinário e gostávamos que servisse de exemplo não só para o país, mas também para o Algarve», sublinhou Pedro Nuno Santos.

O governante referiu mesmo que a região, a par com Lisboa, é a mais afetada pela falta de habitação disponível, sendo que Loulé é um dos concelhos com maiores dificuldades. «Pouca gente compreende como é que uma região com tanta habitação tem problemas de acesso à mesma. Quem cá está, quem cá vive e quem cá trabalha conhece bem a realidade. Isso só torna ainda mais premente aquela que é a necessidade da resposta pública a um problema ao qual o país na democracia nem sempre lidou da melhor maneira», acrescentou.

Nas palavras do ministro, o governo teve sucesso no trabalho que fez no Serviço Nacional de Saúde (SNS), na educação e no sistema público de pensões. No entanto, na «habitação não tivemos sucesso. Ninguém consegue estruturar e planear uma vida se não tiver a sua família numa casa. Esta é a base de estruturação de qualquer vida. As populações mais carenciadas têm um problema grave no acesso à habitação, mas não são as únicas. Infelizmente, o problema da habitação atingiu uma dimensão tal no nosso país que as populações de rendimentos médios têm hoje também dificuldade. O problema de acesso à habitação chegou à maioria da população e isso obrigou também, da parte do governo, ao desenvolvimento de uma política, a par do 1º Direito, que chamamos de arrendamento acessível, para conseguirmos promover a reabilitação, a construção e a aquisição de imóveis para dar resposta a este segmento da população a que nos habituámos a achar que não tinham de ter resposta por parte das políticas públicas. A nossa estratégia no 1º Direito, aliada à estratégia de arrendamento acessível, pretende dar resposta à população. É o último pilar que falta no nosso estado social e que nós estamos agora a edificar», garantiu Pedro Nuno Santos.

António Costa: «políticas públicas de habitação são absolutamente centrais para o Algarve»

«O Algarve é um local de veraneio onde aparentemente só há boas casas, bons hotéis, além das ótimas praias, do excelente peixe e da simpatia dos algarvios. Mas depois há um outro Algarve que os veraneantes não conhecem, o Algarve onde vivem os algarvios. Esse Algarve não é o das habitações de luxo, que tem aliás uma enorme concentração aqui no concelho de Loulé, que é fruto da sua gran-

de atividade turística. Há depois o resto deste concelho, onde vivem aqueles que aqui trabalham 365 dias por ano e que trabalham para todos aqueles que durante alguns meses vêm aqui veranear. Aí há muitas carências de ligação e é muito importante respondermos a essa realidade para aqueles que cá vivem e para aqueles que é necessário atrair para viverem no Algarve. É que as dificuldades de acesso à habitação são o outro lado da moeda do enorme sucesso do Algarve enquanto destino turístico. Por isso, esta é uma das regiões onde as políticas públicas de habitação são absolutamente centrais». Foram estas as palavras escolhidas com que o primeiro-Ministro António Costa iniciou o seu discurso, antes mesmo de lançar a meta definida para o Programa «1º Direito», celebrar os 50 anos do 25 de Abril, em 2024, assegurando às 26 mil famílias portuguesas que ainda não possuem um lar, uma habitação condigna.

«Este é um objetivo que o Estado pode parcialmente realizar, através do IHRU, mas que sobretudo só será bem realizado se o fizermos em parceria com as autarquias locais. Ninguém melhor que as autarquias para desenvolver uma ELH que cumpra aquele conjunto de objetivos que o presidente da Câmara aqui tão bem anunciou e ao mesmo tempo que procure resolver o problema do acesso à habitação de uma forma que melhore a competitividade do território e também a coesão social e territorial», prosseguiu.

António Costa dirigiu-se ainda a Vítor Aleixo para saudar o município de Loulé, «por ser um dos primeiros com quem assinamos um acordo de colaboração para a execução deste plano. Aqui os objetivos são claros. O primeiro, assegurar o direito à habitação a quem dela carece. O segundo, contribuir para reanimar a atividade económica da região. E o terceiro, criar emprego numa fase onde o desemprego está a aumentar muito significativamente nesta região e assim criar melhores condições para haver melhor coesão territorial, melhor coesão social e isso significa também, melhor competitividade para toda esta região. O Algarve a oferecer habitação condigna e capacidade de fixar e atrair população permanentemente é uma condição essencial para que possamos beneficiar de diversificação de base económica da região».

António Costa terminou o seu discurso com uma promessa. «Que estejamos cá todos para celebrar o 25 de Abril de 2024 e dizer que o objetivo foi cumprido. Este vai ser um desafio muito exigente, mas será cumprido».

Costa anuncia mais 500 milhões de euros de fundos europeus para o Algarve

Plano até 2027 prevê 300 milhões de euros destinados ao desenvolvimento da região. Serão 200 só para o investimento na eficiência hídrica

Maria Simiris
maria.simiris@barlavento.pt

A novidade foi apresentada aos algarvios pelo próprio primeiro-Ministro António Costa, no Cinetatro Louletano, durante a assinatura do acordo de colaboração entre Loulé e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), na sexta-feira, dia 23 de outubro.

No uso da palavra, António Costa, começou por expressar uma palavra de solidariedade a uma das regiões do país «mais duramente atingida pela crise económica que a COVID-19 fez atingir. Esta crise tem uma dimensão social importante e não é por acaso que o Algarve é uma das regiões onde a taxa de desemprego tem vindo a aumentar mais fortemente. Isso resulta de o turismo ser um dos sectores de atividade com maior importância e ser também um dos mais duramente atingidos. Significa, por isso, que temos uma responsabilidade acrescida de contribuir para a diversificação da base económica da região. Para que possa ser mais resiliente a crises cíclicas que possam atingir o sector do turismo. E claro, sem deixar de trabalhar para continuar a ser um dos grandes destinos turísticos à escala mundial».

Foi com essa preocupação que o líder do governo afirmou ser necessário «compensar o Algarve face



António Costa

à crise económica que está a viver, reforçando o seu Programa Operacional Regional com uma dotação própria, que permitirá duplicar, nos próximos sete anos, o acesso do Algarve a fundos comunitários. Isto é particularmente importante numa região de transição há vários quadros comunitários que tem sido, a par de Lisboa, uma das regiões do país que menor volume de fundos comunitários tem conseguido mobilizar».

Nesse sentido, para o próximo Quadro Financeiro Plurianual, «vamos passar dos 300 milhões de euros para mais de 600 milhões de euros de fundos comunitários destinados ao desenvolvimento algarvio. Mas também, como sabemos bem que esta situação e esta região tem desafios muito es-

pecíficos, no Plano de Recuperação e Resiliência, um programa de natureza excepcional que a Comissão Europeia desenvolveu para responder à crise económica que estamos a viver, elegemos também o Algarve como destinatário de um programa especial, na área do ambiente, para responder a um dos maiores desafios estruturais da região, a eficiência hídrica. Seja pela necessidade de combater as perdas da rede, seja pela necessidade de encontrar novas formas de abastecimento, o próximo Plano de Recuperação e Resiliência, já apresentado em Bruxelas, prevê cerca de 200 milhões de euros para investimento específico na eficiência hídrica da região algarvia», explicitou António Costa.

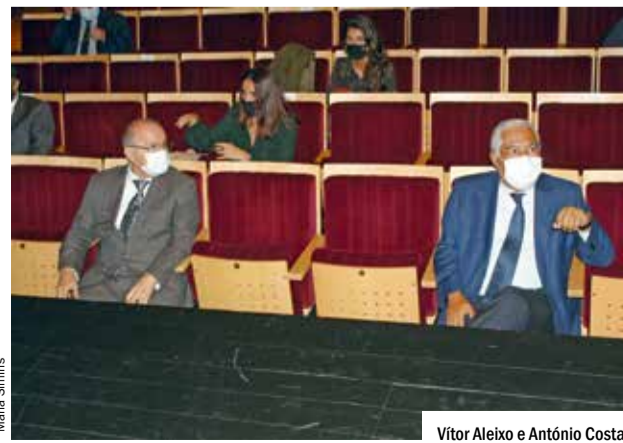
Ou seja, na prática, entre o próximo Quadro Financeiro Plurianual e o Plano de Recuperação e Resiliência, o Algarve vai dispor de mais de 500 milhões de euros.

Ainda nas palavras do primeiro-Ministro, este «esforço extraordinário de investimento, não faz ignorar os compromissos que temos e que estão em curso relativamente a algumas necessidades estruturais da região: eletrificação da linha do Algarve; o desenvolvimento do proje-

to do novo Hospital Central e uma nova revisão do tarifário das portagens, tendo em conta as limitações que a Estrada Nacional 125 tem, em alternativa à Via do Infante».

Trata-se então de um «compromisso muito sério com esta região, fundamental para o desenvolvimento do nosso país e na qual temos de ser capazes de responder às suas necessidades. É também por isso que estamos aqui», assegurou.

Por fim, o chefe do governo, falou sobre a importância destas medidas e do recente acordo assinado pelo município de Loulé com o IHRU, para toda a região. «Oferecer habitação condigna e capacidade de fixar e atrair população permanentemente, é uma condição essencial para que possamos beneficiar de diversificação de base económica da região. O investimento que vamos fazer na eficiência hídrica vai ajudar; o desenvolvimento da infraestrutura ferroviária vai ajudar; a construção de um novo Hospital Central vai ajudar e é no conjunto da soma destas peças que vamos continuar a trabalhar para que o Algarve seja não só um grande destino turístico para quem o visita, mas sobretudo um grande local para viver e trabalhar».



Vítor Aleixo e António Costa